

# Relatório GT Mobilidade Urbana

## 1. Histórico

O GT Mobilidade Urbana teve origem no trabalho iniciado em junho de 2006, por ocasião da avaliação do PROJETO DE LEI proposto pelo Ministério das Cidades que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana do Governo Federal. O texto foi analisado e discutido pelo grupo e redigido alguns pontos a serem incluídos na Lei do Plano Diretor no que concernem as diretrizes de mobilidade urbana para Florianópolis.

Em outubro de 2006 realizou-se a primeira reunião com a participação de alguns membros externos PMF/SMTT, UDESC, VIACICLO, Ministério do Meio Ambiente. A necessidade de preparação de um documento base ao Plano Diretor Participativo de Florianópolis exigiu que fosse ampliada a discussão de maneira a contemplar em princípio todas as instituições governamentais (federal, estadual e municipal que gestionam sobre transporte).

Foram realizadas duas dinâmicas de grupo para a montagem do texto técnico preliminar que constituiu o documento de referência para os trabalhos realizados posteriormente pelo GT Mobilidade Urbana.

As fotos ilustram a dinâmica realizada



Reunião técnica 08/11/2006



Levantamento dos problemas de deslocamentos em Florianópolis

## 2. Primeiro texto técnico elaborado

## **Parte I – Atividades em 2006**

### **INTRODUÇÃO**

O GT MOBILIDADE URBANA elaborou o texto técnico que se segue como subsídio as propostas do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, utilizando-se de dinâmica de grupo, com o objetivo de chegar ao diagnóstico sucinto dos problemas da mobilidade de Florianópolis, bem como definir diretrizes para sua abordagem.

Em primeiro lugar, para nivelar o conceito de Mobilidade entre os técnicos presentes, foi feita a leitura do texto do anteprojeto de lei da política nacional de mobilidade urbana, editado pelo Ministério das Cidades. Na acepção desse anteprojeto de lei, a Mobilidade Urbana resume-se na “facilidade de deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano”. A mobilidade deve se apresentar com características de acesso, segurança, praticidade, qualidade e economia.

O trabalho inicial foi identificar os eixos temáticos principais para abordagem do tema. Foram identificados os principais problemas dos diferentes modos de transporte e a correspondente infra-estrutura, bem como as oportunidades existentes para o desenvolvimento das mesmas. Outro aspecto consistia em identificar a complementaridade da mobilidade com o uso do solo. A mobilidade também foi vista pelo ponto de vista dos agentes responsáveis pelos meios de transporte e sua infra-estrutura, para a definição de diretrizes para trabalho em conjunto. A avaliação da mobilidade pelo viés dos princípios clássicos do planejamento não poderia faltar, tendo sido analisados, aspectos da eficiência, equidade e da qualidade que são os princípios adotados pelo IPUF. A avaliação da equidade, até que ponto existe igualdade de acesso a todos no sistema de transporte e sua infra-estrutura, e como privilegiar quem tem menos condições (deficiente físico, a criança, o idoso, etc.), teve seu destaque. A avaliação pelo aspecto da qualidade envolveu tanto as condições ambientais quanto a qualidade dos meios de transporte. A avaliação da eficiência mostrou o quanto é deficitária a administração e fiscalização dos diversos modos de transporte.

Para definição dos problemas os participantes foram divididos em grupos correspondendo aos diversos eixos temáticos. Cada grupo fez uma listagem extensiva dos problemas de mobilidade existentes na cidade, obedecendo aos diversos eixos temáticos, mas sem uma divisão muito rígida, o que resultou na lista preliminar de problemas que pode ser vista no anexo 1.

Após a definição dos problemas, uma sessão de apresentação, discussão e agregação permitiu eliminar as superposições, definir os problemas dominantes e organizá-los numa matriz de problemas dos cinco eixos temáticos. Foi esclarecido que deveriam ser considerados problemas dominantes aqueles com grande abrangência social ou geográfica, impacto direto sobre os princípios de planejamento e vinculações com o Plano Diretor.

Na continuidade dos trabalhos elaborou-se uma matriz de soluções, na qual cada grupo exercitou sua criatividade na apresentação de soluções para os problemas anteriormente detectados em cada eixo temático. As orientações fornecidas visaram a evitar a confusão entre problemas e soluções, o estabelecimento de redações claras e sucintas, a concentração em ações sinérgicas e em oportunidades de implantação no âmbito municipal.

A seguir, uma plenária permitiu fazer a consolidação das duas matrizes segundo os cinco eixos temáticos. A exigüidade de tempo não permitiu que se partisse para a definição de indicadores nem de programas de ação. Pelos mesmos motivos, não foi possível utilizar uma matriz SWOT para agregar e priorizar as soluções em estratégias ofensivas ou de sobrevivência mais adequadas ao tema em pauta. O grupo da Mobilidade Urbana entende que no atual estágio e metodologia do Plano Diretor de Florianópolis não cabem estudos tão avançados.

## **EIXOS TEMÁTICOS**

Os temas sugeridos pelos participantes foram agrupados segundo os princípios de planejamento e as recomendações da coordenação, resultando nos seguintes eixos temáticos:

- 1. LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO**
- 2. INFRA-ESTRUTURA**
- 3. QUALIDADE**
- 4. HUMANIZAÇÃO**
- 5. USO DO SOLO**

## **PROBLEMAS**

Os problemas destacados na avaliação da mobilidade urbana de Florianópolis e Região Metropolitana foram enquadrados segundo os cinco eixos temáticos.

### **I. LEGISLAÇÃO/ FISCALIZAÇÃO**

1. Deficiência de comunicação entre o poder público e o cidadão e vice-versa;
- 2 Falta de monitoramento / Fiscalização e divulgação da Legislação; e de programas de educação para o trânsito;
- 3 Falta de uma visão sistêmica entre os órgãos municipais ligados ao transporte e ao trânsito (IPUF, GMF e SMTT);
- 4 Falta de respeito à Lei (Falta de uma política municipal mais ostensiva em relação a legislação de trânsito) / Sinalização de Trânsito.
- 5 Não-cumprimento das leis que regem o sistema cicloviário:  
Lei municipal 078/2001  
Lei municipal 106/2002  
Lei estadual 10718/1998

6. Falta de fiscalização e punição dos artºs. 44 a 53 do Código de Posturas do Município, relativos à execução e manutenção dos passeios públicos.

## **II. INFRA-ESTRUTURA**

1. Insuficiência da infra-estrutura com qualidade que atenda os diferentes meios de transporte e circulação;
2. Não utilização do mar e outros modos/ meios de transporte.
3. *Acessibilidade*: Dificuldade de promover espaço acessível de circulação que atenda a todos os modos/ meios;
4. *“Insuficiência do Sistema de Circulação”*: Alto impacto na circulação provocado pelo morador e turista com veículo individual;
5. Ausência de uma política de circulação e estacionamento para os transportes turísticos de superfície, marítimo e lacustre.
6. Vias de alta velocidade cortando os bairros
7. Falta de espaço para passeios nas vias
8. Falta de integração entre o transporte coletivo e não-motorizado

## **III. QUALIDADE**

1. *Não Motorizado*: Baixa qualidade do Sistema de Circulação para “pedestres, ciclistas, transporte coletivo”;
2. *Poluição/ Qualidade Ambiental Urbana*: Diminuição da qualidade ambiental causada por diversos tipos de poluição “sonora, visual, atmosférica, etc”;
3. Ausência de política de estudos de alternativas de combustíveis, não poluentes, para o transporte, como gás natural veicular, biodiesel, célula de hidrogênio, elétrico e de VLT (veículos leves sobre trilhos).
4. Falta de integração entre o transporte coletivo e não-motorizado;
5. Falta padronização de calçadas, quando ocorre a sua pavimentação.

## **IV. HUMANIZAÇÃO**

1. *Conforto*: Desconforto para circulação motorizado nos horários de pico;
2. *Conforto*: Desconforto para a circulação não motorizada pela inexistência/ ou baixa qualidade de infra-estrutura;
3. *Conforto*: Desconforto para a utilização do Transporte Coletivo em função da tecnologia e frequência dos veículos e características da estrutura de equipamentos de apoio.
4. *Conforto*: Criação de horários econômicos, com a redução do valor tarifário fora dos horários de pico.
5. Baixa oferta de faixas de travessia de pedestres em vias de alto tráfego de veículos e pedestres – (a preferência é dada ao fluxo de automóveis);

## **V. USO DO SOLO**

1. Má distribuição das densidades e uso do solo que possa minimizar deslocamentos;
2. Polarização de Florianópolis exercida na Região Metropolitana.

## **DIRETRIZES PARA PLANO DIRETOR - MOBILIDADE**

Após a definição dos problemas o grupo partiu para a identificação de diretrizes. Nesta etapa foi utilizada a metodologia para identificar soluções para cada problema encontrado nos cinco eixos temáticos. As prioridades das soluções não foram tratadas e definidas neste momento, tendo sido acordado que esta avaliação seria feita posteriormente, em reunião com maior número de técnicos.

### **I. LEGISLAÇÃO/ FISCALIZAÇÃO**

1. Definir uma Política Municipal de Mobilidade Urbana;
2. Criar uma Política Municipal de Comunicação Social e Administrativa através de uma reestruturação da Atual Assessoria de Comunicação Social e criar também uma Ouvidoria com atuação Distrital;
3. Enfrentar problemas de Monitoramento/ Fiscalização através do desenvolvimento de metodologia, contratação de técnicos, capacitação dos existentes e utilização de tecnologia;
4. Desenvolver uma Política Educacional Transformadora de cunho sócio-cultural voltada para o respeito das comunidades entre si e ao respeito pelas ações dos órgãos públicos;
5. Aplicar fiel e irrestritamente a atual Legislação, através da reestruturação e capacitação dos agentes da autoridade competente.
6. Divulgar os problemas e soluções da Mobilidade Urbana e seus responsáveis.

### **II. INFRA-ESTRUTURA**

1. Implantar uma Companhia para Desenvolvimento Municipal (CODEPLAM) (Reurbanização);
2. Definir a Hierarquização do Sistema Viário em Plano de Transporte, seu cronograma de implantação e verbas nos orçamentos municipais;
3. Definir as caixas das vias, para que atendam os diferentes meios de transporte e circulação;
4. Implantar vias marginais em todas as arteriais;
5. Criar uma Empresa de Mobilidade e Circulação Urbana, para gerenciar e operacionalizar o Sistema Viário, o Transporte Público e o Trânsito do município;
6. Viabilizar o Transporte Coletivo Marítimo e definir itinerários e terminais integrados com o Transporte Urbano Rodoviário e não motorizados;
7. Promover a implantação de estacionamentos nas praias;
8. Criar linhas regulares de Transporte Especial para turismo, interligando pontos de interesse turístico;
9. Priorizar os grandes Pólos Geradores de Tráfego na infra-estrutura de Transporte Coletivo;
10. Restringir o acesso de veículos particulares ao centro da cidade, diminuindo as áreas de zona azul e aumentando seu valor, para ampliar calçadas e implantar ciclovias e bicicletários nesses espaços.

### **III. QUALIDADE**

1. Incluir sempre no Orçamento Municipal as verbas para melhoria dos Sistemas de Circulação, com prioridade para os não-motorizados e coletivos;
2. Instrumentar o Órgão de Trânsito para avaliar e controlar a poluição sonora, visual e atmosférica, causada pelos veículos de transporte.

### **IV. HUMANIZAÇÃO**

1. Garantir a oferta de veículos no Transporte Coletivo, com prioridade para os horários de pico;
2. Incentivar o transporte coletivo;
3. Estabelecer corredores para Transporte Coletivo;
4. Criar programas de incentivo ao escalonamento de horários de Entidades Públicas e Privadas;
5. Implantar e recuperar a infra-estrutura para pedestres e ciclistas e priorizar os mesmos;
6. Implantar Programa de Recuperação e Implantação de trilhas e caminhos;
7. *Programa “Vias Verdes”*: Delimitar todas as APP(s) do município com ciclovias e passeios;
8. Dar um prazo para que as empresas de Transporte Coletivo disponibilizem veículos com o acesso rebaixado e degraus confortáveis;
9. Projetar e implantar abrigos de ônibus com melhores características ambientais para o usuário;
10. Disponibilizar as informações das linhas (horários, trajetos) em todos os abrigos de ônibus;
11. Prever elaboração de um Plano Paisagístico para o município.

### **V. USO DO SOLO**

1. Revitalizar o Conselho da Região Metropolitana e o CMDU;
2. Induzir o crescimento da Região Metropolitana para a Parte Continental (outros municípios);
3. Liberar Pólos Geradores de Tráfego somente com a apresentação de todos os projetos de infra-estrutura aprovados;
4. Criar e implantar Centros de Bairros (Serviços/ Comércios), para diminuir a geração de viagens;
5. Reduzir as densidades populacionais fora das áreas dos centros dos balneários.

## ANEXO 1

Problemas Preliminarmente identificados:

1. Falta ouvidoria nos órgãos públicos;
2. Falta de conhecimento do cidadão para reclamação ou sugestão;
3. Sistema de informação deficiente;
4. Falta passeio;
5. Falta espaço seguro para o trânsito de ciclistas;
6. Passeios irregulares/estreito e com obstáculos;
7. Insegurança na circulação;
8. Falta ciclovia, paraciclos e bicicletários;
9. Obstrução nas calçadas;
10. Planejamento - Faltam corredores de pedestres;
11. Poluição visual - Trânsito/Placa de sinalização inadequada/Propaganda
12. Poluição sonora provocada pelos veículos;
13. Poluição do ar - (combustível transporte público);
14. Poluição acústico-atmosférica e visual;
15. Turismo de massa;
16. Falta de acesso viário a todos;
17. Faltam alternativas (opções) meios/ vias;
18. Não utilização do mar;
19. Falta de respeito da legislação de trânsito (público e privado);
20. Fiscalização ineficiente
21. Faltam áreas de carga/descarga;
22. Falta controle PGT (Pólos Geradores de Tráfego)
23. Falta de área de estacionamento no entorno da área central.
24. Falta dimensionamento de infra-estrutura motorizado e não motorizado;
25. Gargalos no sistema viário;
26. Acesso direto a vias arteriais com diminuição da capacidade;
27. Excesso de veículos nas vias;
28. Concentração de atividades (comércio, serviços, etc.);
29. Esvaziamento do centro fora do horário comercial;
30. Bairros isolados e pouco suficientes;
31. Ocupação acima da cota 100
32. Falta de acesso dos veículos nas AIS (Áreas de Interesse Social);
33. Falta qualidade de ônibus;
34. Falta ônibus (horários);
35. Desconforto da circulação – Buracos/descontinuidade/obstáculos;
36. Demora no deslocamento;
37. Dificuldade de todos acessarem ao ônibus – tecnologia/ pontos de ônibus;
38. Desintegração transporte na Região metropolitana;
39. Privatização do aterro da Baía Sul;
40. Mau uso do espaço público.

**ANEXO 2 - Registro fotográfico de problemas nos deslocamentos da população em Florianópolis**





Beira Mar – Faltam faixas de travessia para ciclistas e pedestres



Ponte - Faltam faixas de travessia para pedestres e ciclistas



Ingleses – Tráfego pesado em área urbana



Ingleses – Faltam infra-estruturas para pedestres e ciclistas



Buracos na passarela da Ponte



Santo Antônio – Inexistência de calçadas e ciclovias



TICAN – estacionamento de bicicletas sem segurança



Pântano Sul - - Inexistência de calçadas e ciclovias

O Presente trabalho foi realizado nas reuniões do GT MOBILIDADE URBANA, nos dias 08 e 16 de Novembro de 2006, na sala de reuniões do IPUF. Participaram nesta etapa:

Amilton Vergara de Souza  
Carlos Eduardo Medeiros  
Clara Rejane Bertolucci  
Everaldo Valenga Alves  
Giselle Noceti A. Xavier  
Hilariana Vieira da Rocha  
Karine Froner  
Luiza R. S. Medeiros  
Marcelo R. da Silva  
Marco Ávila Ramos  
Rodolfo C. Nicolazzi Philippi  
Sílvia Cristiane P. Moreira  
Valter S. Tamagusko  
**Vera Lúcia Gonçalves da Silva - Coordenação**



Em função do número de documentos que o grupo passou a analisar e para agilizar a comunicação e contribuições entre os membros do GT, foi criado um correio eletrônico do grupo.

21/03 - Para continuidade dos trabalhos foi detectada a necessidade de planejamento das pesquisas, com o objetivo de quantificar a realidade já levantada no documento GT Mobilidade Urbana, tendo o grupo relacionado algumas pesquisas já realizadas, mas não atualizadas, como também outras que já estariam à disposição. Foram citadas:

- Pesquisa sobre Origem e Destino – Transporte urbano de Florianópolis e Grande Florianópolis, dos anos de 1993 e 2001/2002.
- Estudo sobre capacidade de tráfego de veículos individuais e sua projeção para até 20 anos, em Florianópolis, com participação das Universidades Federais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (agosto 2007)
- Diagnóstico sobre o uso da bicicleta em Florianópolis, Pesquisa de opinião pública - projeto Mobilization, região dos Ingleses, etc.

Observou-se também a importância de realizar uma pesquisa de opinião, buscando identificar o mínimo da visão de cidade que imaginávamos para Florianópolis, uma “Visão de Futuro”. Num consenso geral, foi solicitada a Secretaria de Obras, um levantamento das principais obras/ intervenções futuras para o município.

28/03 - Para dar encaminhamento aos trabalhos, após um período de debates sobre sugestões de pesquisas e ações do GT, foi definido a divisão do GT em grupos de pesquisa, cada qual com seu tema, e livre escolha pelos participantes:

- Grupo 1 – Transporte de passageiros
- Grupo 2 – Não Motorizados
- Grupo 3 – Sistema Viário
- Grupo 4 – Perspectiva Urbana.

25/04 - Cada grupo fez sua apresentação, relatando as pesquisas já realizadas, lista de sugestões de pesquisas a serem elaboradas e também fotos, expondo alguns problemas relacionados aos temas. Uma importante questão levantada pelo grupo “Transporte de Passageiros” foi a necessidade de realização de uma pesquisa da demanda reprimida do transporte público de Florianópolis. Pelo grupo “Perspectiva Urbana”, o conhecimento e disseminação dos exemplos mundiais bem sucedidos sobre mobilidade urbana. O grupo “Não Motorizado” destacou a importância da realização de “Contagem Volumétrica de Ciclistas e Pedestres” e entrevistas nas principais vias de pelo menos um bairro em cada região e nas vias de ligação inter-bairros. O grupo “Sistema Viário” expõe como prioridade a realização de uma pesquisa origem/destino não só embarcado, mas de preferência declarada.

A cada reunião, todos os membros do GT tinham ainda acesso à informações extras, tais como: vídeo sobre Aeromóvel, vídeo sobre transporte marítimo, vídeo sobre transporte em bicicleta, vídeo sobre VLT Kobrasol - UFSC etc.

Por ocasião das comemorações dos 30 anos do IPUF o grupo participou também do Seminário realizado no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado, no dia 30 de maio sobre o tema Mobilidade Urbana, fazendo um relato dos trabalhos já realizados.

Na etapa seguinte, foi organizada uma dinâmica reversa da matriz swot onde a partir das matrizes de problemas e diretrizes, pretendeu-se verificar quais eram os eixos em situação mais crítica a serem primeiramente analisados pelo GT.



O GT foi dividido em 5 grupos, cada um com um eixo temático e 3 integrantes em cada grupo, sendo os eixos: **Legislação/ Fiscalização, Infra-estrutura, Qualidade, Humanização e Uso do Solo.**

Os problemas e diretrizes, determinados anteriormente e registrados no Documento Preliminar do GT Mobilidade Urbana, foram distribuídos de forma que os problemas foram enquadrados nos pontos fracos ou nas ameaças, conforme o caso; enquanto as diretrizes foram consideradas pontos fortes ou oportunidades.

Cada equipe fez a análise de um eixo. Na sequência, cada eixo e suas análises foram apresentados aos demais integrantes do GT, tendo sido as estratégias ofensivas, defensivas, de reorientação ou sobrevivência então tabuladas por eixo temático.

Segundo o coordenador da dinâmica de grupo, o objetivo dessa matriz era chegar as estratégias de solução a partir dos problemas, mas como o grupo já tinha estudado problemas e soluções em outro momento, fez –se uma inversão da matriz, pretendendo verificar quais os eixos em situações mais críticas a serem primeiramente analisados pelo GT.

Como resultado dessa disposição ficou definida a seguinte ordem de estudo em vista das pontuações obtidas pelos diversos eixos temáticos:

- 1º **Humanização:** Reorientação/ Ofensiva
- 2º **Infra-estrutura:** Reorientação/ Ofensiva
- 3º **Qualidade:** Sobrevivência
- 4º **Legislação/ Fiscalização:** Reorientação
- 5º **Uso do Solo:** Ofensiva

Posteriormente, foram apresentadas ainda sugestões sobre como elaborar uma tabela comparativa dos modais em Florianópolis, com a relação tempo/custo/benefício e outra de criar uma ficha de cada eixo estudado com as descrições: Quem fará? Quando fará? Como fará? Quanto custará?

O grupo decidiu se manter apenas nos aspectos gerais, autorizando os membros dos órgãos técnicos a elaborar, no futuro, fichas que incluam custos, orçamento e responsabilidades, uma vez que os mesmos fazem parte dos órgãos responsáveis (IPUF, SMTT, SMTO, DEINFRA, DENIT).

Este modelo foi o acordado pelo grupo uma vez que alguns membros não concordavam nesta etapa em um detalhamento mais apurado. Na página seguinte se pode visualizar a proposição inicial do modelo.

## PLANO DE AÇÕES GRUPO GT MOBILIDADE URBANA (MODELO)

<b>EIXO TEMÁTICO: Humanização</b>	<b>PLANO DE ATIVIDADES</b>
---------------------------------------	----------------------------

<b>Coordenação Geral:</b> Arq. Vera Lúcia G. Silva	<b>Responsáveis:</b> Equipe GT Mobilidade Urbana	<b>Rubrica:</b>
---	--	-----------------

O que	Quando		Onde	Quem	Como	Quanto
	Início	Fim				
1) Garantir a oferta de veículos no transporte coletivo com prioridade para os horários de pico	13/06/2007	31/12/2007	IPUF	SMTT IPUF	1. Aumentar a oferta do transporte executivo em horário de pico com veículos de maior capacidade	R\$
2) Incentivar o transporte coletivo	13/06/2007	31/12/2007	IPUF	SMTT SETUF SME	1. Qualificação de motoristas e cobradores 2. Programa educação escolar para incentivo ao transportes 3. Melhorar conforto e oferta de horários	R\$
3) Estabelecer corredores para o transporte coletivo	13/06/2007	31/12/2007	IPUF	IPUF SETUF SECOM	1. Melhorar a sinalização dos corredores preferenciais existentes 2. Criar programa de divulgação	R\$
4) Criar programas de incentivo ao escalonamento de horários de entidades públicas e privadas	13/06/2007	31/12/2007	IPUF	IPUF	1. Reescalonar os horários dos pólos geradores de demanda 2. Parcerias com entidades públicas e privadas	R\$

Conforme o cronograma do projeto, para cada estudo foram programadas duas reuniões para o preenchimento da ficha de cada eixo temático, conforme se segue:

## PLANO DE AÇÕES GRUPO GT MOBILIDADE URBANA

### • EIXO TEMÁTICO 1 – HUMANIZAÇÃO:

<b>EIXO TEMÁTICO: Humanização</b>	<b>PLANO DE ATIVIDADES</b>
---------------------------------------	----------------------------

<b>Coordenação Geral:</b> Arq. Vera Lúcia G. Silva	<b>Responsáveis:</b> Equipe GT Mobilidade Urbana	<b>Rubrica:</b>
---	--	-----------------

<b>O que</b>	<b>como</b>
1) Garantir a oferta de veículos no transporte coletivo com prioridade para os horários de pico	2. Aumentar a oferta do transporte executivo em horário de pico com veículos de maior capacidade
2) Incentivar o transporte coletivo	4. Qualificação de motoristas e cobradores 5. Programa educação escolar para incentivo ao transportes 6. Melhorar conforto e oferta de horários
3) Estabelecer corredores para o transporte coletivo	3. Melhorar a sinalização dos corredores preferenciais existentes 4. Criar programa de divulgação
4) Criar programas de incentivo ao escalonamento de horários de entidades públicas e privadas	3. Reescalonar os horários dos pólos geradores de demanda 2. Parcerias com entidades públicas e privadas
5) Implantação e recuperação da infraestrutura para pedestres e ciclistas e priorização dos mesmos	1. Regulamentar e fiscalizar a Lei das calçadas e das ciclovias; 2. Promover Seminário de capacitação e informações da nova regulamentação para funcionários; 4. Criar circuito turístico “corredor cultural” 5. Implantar plano sistemático de ciclovias; 6. Incentivar a implantação da rede elétrica subterrânea e a relocação dos postes.
6) Implantação de programas de recuperação e implantação de trilhas e caminhos	1. Fazer diagnóstico, quantificar obras, revitalizar e sinalizar a situação existente; 2. Criar parcerias para manutenção, segurança e divulgação das trilhas e caminhos; 3. Viabilizar postos de informações e estacionamentos; 4. Promover a formação de guias mirins.

O que	como
7) Programa “Vias Verdes” – delimitando todas as APP’s do município com ciclovias e passeios.	1. Identificar a viabilidade e necessidade de implantação nas APP’s existentes.
8) Programa “Acessibilidade do Transporte Coletivo”	1. Tornar o sistema de transporte coletivo acessível. (Com acesso rebaixado e degraus confortáveis).
9) Implementação de abrigos de ônibus com melhores características ambientais para o usuário.	1. Realizar concurso público para identificar novos modelos de abrigos de ônibus que atendam as necessidades do usuário.
10) Disponibilização das informações das linhas (horários, trajetos) em todos os abrigos de ônibus.	1. Instalar mapas de itinerários e quadro de horários acessíveis; 2. Melhorar o sistema de informações do município; 3. Disponibilizar a sistematização de informações de chegada dos ônibus nos pontos em tempo real.
11) Elaboração de um plano paisagístico para o município.	1. Identificar locais para tratamento paisagístico e adequar a legislação.
12) Criação de programas de incentivo tarifário para o transporte público.	1. Definir intervalos econômicos; 2. Criar horários econômicos, com a redução do valor tarifário fora dos horários de pico; 3. Incentivar usuários rotineiros; 4. Criar passe família; 5. Providenciar estudos para a eliminação da catraca.

• **EIXO TEMÁTICO 2: INFRA-ESTRUTURA:**

<b>EIXO TEMÁTICO II: Infra-estrutura</b>	<b>PLANO DE ATIVIDADES</b>
--	----------------------------

<b>Coordenação Geral:</b> Arq. Vera Lúcia G. Silva	<b>Responsáveis:</b> Equipe GT Mobilidade Urbana	<b>Rubrica:</b>
---	--	-----------------

O que	Como
1) Implantação de uma Companhia para Desenvolvimento Municipal (CODEPLAM) (Reurbanização).	1. Criar uma Lei para autorizar o município a ter uma Companhia de Urbanização.

O que	Como
2) Definição da Hierarquização do Sistema Viário em Plano de Transporte, seu cronograma de implantação e verbas nos orçamentos municipais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar e implantar pesquisa de origem e destino domiciliar – demanda reprimida e embarcada;</li> <li>2. Concluir estudo de tráfego;</li> <li>3. Revisar a hierarquia do Sistema Viário do Plano Diretor;</li> <li>4. Elaborar Plano de Transporte com cronograma físico-financeiro de implantação.</li> </ol>
3) Definição das caixas das vias, para que atendam os diferentes modais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Avaliar os perfis já existentes das vias;</li> <li>2. Rever a legislação e definir sanções ao município e a outras entidades que não obedeçam aos perfis das vias. (LEGISLAÇÃO)</li> </ol>
4) Implantação de vias marginais em todas as arteriais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisar e adequar os projetos das rodovias;</li> <li>2. Propor um convênio técnico entre DNIT, DEINFRA, IPUF e SEINFRA.</li> </ol>
5) Criação de uma empresa de Mobilidade e Circulação, para gerenciamento e operação do Sistema Viário, Transporte Público e o Trânsito Municipal.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aprovar uma Lei de criação e atribuições de uma Empresa de Mobilidade e Circulação urbana.</li> </ol>
6) Viabilização do transporte marítimo e definição de itinerários e terminais integrados com o transporte urbano rodoviário e não motorizados.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisar projetos atuais considerando a integração de modais;</li> <li>2. Realizar pesquisa de viabilidade.</li> </ol>
7) Implantação de estacionamentos nas praias.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar projeto de estacionamentos com previsão para pedestres e ciclistas;</li> <li>2. Viabilizar conexão gratuita entre os bolsões de estacionamentos e a praia.</li> </ol>
8) Criação de linhas regulares de Transporte Especial para turismo, interligando pontos de interesse turístico.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar uma linha turística (Jardineira) para toda a cidade;</li> <li>2. Promover e divulgar as linhas turísticas que forem implantadas.</li> </ol>
9) Priorização dos grandes Pólos Geradores na infraestrutura de Transporte Coletivo.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisar os itinerários do Transporte Coletivo;</li> <li>2. Colocar normas no Plano Diretor.</li> </ol>
10) Restrição de acesso de veículos particulares ao centro da cidade.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proibir estacionamentos no centro da cidade;</li> <li>2. Diminuir áreas de zona azul e aumentar seu valor, para ampliar calçadas e implantar ciclovias e bicicletários nesses espaços;</li> <li>3. Implantar vias preferenciais de pedestres e restritas aos moradores.</li> </ol>

O que	Como
11) Implantação de veículos de transporte coletivo acessíveis e com “racks” para transporte de bicicletas.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar racks e espaços para transporte de objetos nos ônibus das linhas troncais;</li> <li>2. Verificar projetos de viabilidade de ônibus acessíveis.</li> </ol>
12) Incrementação nas políticas públicas de transporte público e mobilidade não motorizada.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover campanha promocional para o público em geral e órgãos gestores.</li> </ol>

• **EIXO TEMÁTICO 3: QUALIDADE:**

<b>EIXO TEMÁTICO III: Qualidade</b>	<b>PLANO DE ATIVIDADES</b>
---	----------------------------

<b>Coordenação Geral:</b> Arq. Vera Lúcia G. Silva	<b>Responsáveis:</b> Equipe GT Mobilidade Urbana	<b>Rubrica:</b>
---	--	-----------------

O que	Como
1) Inclusão no Orçamento Municipal de verbas para melhoria dos Sistemas de Circulação, com prioridade para os não-motorizados e coletivos.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar uma Lei específica destinando um percentual do orçamento anual para melhoria do sistema de circulação;</li> <li>2. Garantir que o Conselho da Cidade possa definir as prioridades desse percentual do orçamento municipal.</li> </ol>
2) Instrumentação do Órgão de Trânsito para avaliar e controlar a poluição sonora, visual e atmosférica, causada pelos veículos de transporte.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Adquirir equipamentos específicos para medição;</li> <li>2. Treinar agente de trânsito;</li> <li>3. Definir competências.</li> </ol>
3) Implantação de alternativas energéticas de menor impacto ambiental.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Estabelecer convênios com Instituições e empresas para pesquisas e análises de alternativas energéticas;</li> <li>2. Avaliar alternativas;</li> <li>3. Priorizar investimentos na implantação de modos de transporte com baixo impacto ambiental.</li> </ol>

O que	Como
4) Integração entre o transporte coletivo e não motorizado.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar bicicletários nos terminais de transporte;</li> <li>2. Implantar paraciclos nos grandes pólos geradores de tráfego;</li> <li>3. Criar uma coordenação que avalie e integre os diferentes modais;</li> <li>4. Criar processo na Prefeitura para a integração do transporte coletivo e não motorizado.</li> </ol>
5) Padronização de todas as calçadas e ciclovias.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar uma norma (caderno de encargos);</li> <li>2. Fiscalizar e aumentar as penalidades.</li> </ol>
6) Estabelecimento de um nível de lotação confortável no transporte coletivo.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reduzir o padrão atual que é de 6 pessoas/m<sup>2</sup> e aumentar a fiscalização;</li> </ol>
7) Campanha de conscientização de transporte não motorizado e coletivo.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar e implantar um Plano de Mídia de valorização.</li> </ol>
8) Oferta de alternativas tão ou mais confortáveis que o carro.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar mais linhas no transporte coletivo;</li> <li>2. Aumentar a qualidade dos ônibus;</li> <li>3. Implantar ciclovias;</li> <li>4. Implantar outras alternativas.</li> </ol>
9) Implantação de ouvidoria do transporte coletivo.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Implantar um balcão de reclamações no terminal;</li> <li>2. Dotar a ouvidoria de fortes instrumentos de poder para encaminhamentos aos órgãos devidos.</li> </ol>

• **EIXO TEMÁTICO 4: LEGISLAÇÃO/FISCALIZAÇÃO:**

<b>EIXO TEMÁTICO IV: Legislação/ Fiscalização</b>	<b>PLANO DE ATIVIDADES</b>
---	----------------------------

<b>Coordenação Geral:</b> Arq. Amilton Vergara de Souza	<b>Responsáveis:</b> Equipe GT Mobilidade Urbana	<b>Rubrica:</b>
--	--	-----------------

O que	Como
1) Definição de uma Política de Mobilidade Urbana.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisar a Lei Orgânica, incluindo o item Política de Mobilidade Urbana;</li> <li>2. Avaliar as leis existentes e a distribuição de recursos entre os diferentes modais;</li> <li>3. Definir modelo Institucional para região metropolitana.</li> </ol>

O que	Como
2) Estruturação de uma Política Municipal de Comunicação Social e Administrativa para promover o transporte coletivo e não motorizado.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Criar uma Assessoria de Comunicação Social e uma ouvidoria com atuação distrital dentro de uma Autarquia de Mobilidade Urbana;</li> <li>2. Divulgar os problemas e soluções da Mobilidade Urbana e seus responsáveis;</li> <li>3. Transformar o atual Conselho Municipal de Transportes em Conselho Municipal de Mobilidade, ampliando suas atribuições para deliberação acerca de todos os modais e ampliando a participação da sociedade civil no mesmo.</li> </ol>
3) Criação de uma Autarquia de Mobilidade Urbana.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Reforma administrativa;</li> <li>2. Lobby no Legislativo e Judiciário.</li> </ol>
4) Enfrentamento de problemas de monitoramento e Fiscalização.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Desenvolver metodologia, contratar técnicos, capacitar os existentes e utilizar tecnologia;</li> <li>2. Redefinir prioridades e competências;</li> <li>3. Aplicar fiel e irrestritamente a atual Legislação.</li> </ol>
5) Desenvolvimento de uma Política Educacional Transformadora de cunho sócio-cultural voltada para o respeito das comunidades entre si e ao respeito pelas ações dos órgãos públicos.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pesquisa entre os vários atores do trânsito;</li> <li>2. Adequar o currículo escolar com ênfase a mobilidade em geral;</li> <li>3. Garantir o repasse dos recursos legais e orçamentários para a educação no trânsito.</li> </ol>
6) Garantia de passeio público uniforme e adequado aos pedestres.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alterar o Código de Posturas do município, transferindo dos proprietários para o poder público a responsabilidade de execução e manutenção dos passeios públicos.</li> </ol>

• **EIXO TEMÁTICO 5: USO DO SOLO:**

<b>EIXO TEMÁTICO V: Uso do Solo</b>	<b>PLANO DE ATIVIDADES</b>
---	----------------------------

<b>Coordenação Geral:</b> Arq. Vera Lúcia G. Silva	<b>Responsáveis:</b> Equipe GT Mobilidade Urbana	<b>Rubrica:</b>
---	--	-----------------

O que	Como
1) Revitalização do Conselho da Região Metropolitana e o CMDU.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Recomendar que a gestão metropolitana fique a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Regional;</li> <li>2. Convocar o CMDU para discutir a proposta de criação do Conselho da Cidade.</li> </ol>

O que	Como
2) Indução do crescimento da Região Metropolitana para a Parte Continental (outros municípios).	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Manter a política de fortalecimento de centro de Bairros no continente.</li> </ol>
3) Liberação dos Pólos Geradores de Tráfego somente com a apresentação de todos os projetos de infraestrutura aprovados, incluindo obrigatoriamente os projetos de acesso e integração para pedestres, ciclistas e o transporte coletivo.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Rever organograma do IPUF de maneira que sejam incluídas todas as modalidades;</li> <li>2. Em todo processo de Pólo de Geração de Tráfego inserir comissão técnica da PMF com todas as modalidades.</li> </ol>
4) Criação e implantação de Centros de Bairros (serviços/comércios), para diminuição da geração de viagens,	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Contratar planos específicos dos centros de bairros;</li> <li>2. Denunciar o abandono da Política e dos equipamentos já implantados.</li> </ol>
5) Reduzir as densidades populacionais fora das áreas dos centros dos Balneários.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Colocar as áreas potenciais para não ocupação sob o direito de preempção;</li> <li>2. Criar corredores ecológicos e parques urbanos na aprovação dos parcelamentos do solo.</li> </ol>
6) Aplicação de critérios mais rígidos de preservação aos ecossistemas naturais nos projetos de infraestrutura viária.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover reciclagem dos servidores técnicos sobre ajustes ambientais;</li> <li>2. Exigir fiscalização rigorosa.</li> </ol>

## Conclusão

O GT Mobilidade buscou abordar os principais meios de deslocamentos da cidade, entretanto em função do tempo não foram tratados com o mesmo dinamismo, os aspectos do transporte por motocicletas e teleférico.

A organização das informações relativas a mobilidade urbana é muito dispersa, em vários órgãos e organismos não governamentais. Este fato dificulta o trabalho na direção do planejamento e implantação da qualidade no sistema de deslocamentos. A recomendação pelo GT de criação de uma Autarquia de Mobilidade Urbana é uma estratégia forte apontada neste relatório para resolver esse problema.

A base das discussões da Política de Mobilidade esteve focada no modelo atual de transporte, sendo unanimidade a recomendação na definição de um novo modelo baseado na priorização e qualificação do transporte coletivo e dos não motorizados.

O grupo de trabalho recomenda que este relatório seja encaminhado ao Coordenador do Plano Diretor Participativo em elaboração para que as atividades propostas possam ser incluídas nas diretrizes para o desenvolvimento urbano da cidade.

Este trabalho foi o resultado de 20 reuniões com duração de 1 hora e meia cada, e com a participação de 13 pessoas em média. Abaixo registramos a presença de todos os participantes das reuniões do GT Mobilidade Urbana:

Adão Marcos França	DEINFRA
<b>Amilton Vergara - relator</b>	<b>IPUF/GPL</b>
André Geraldo Soares	VIACICLO
Carla Moino Guerra	Cicloativista
Carlos Augusto Gomes Filho	DEINFRA
Carlos Eduardo Medeiros	IPUF/GSV/DIOPE
Clara Rejane Bertolucci	DNIT/SC
Eduardo Green Short	Cicloativista
Everaldo Valenga Alves	IPUF/GSV
Flávia Maria Torrezan	Estudante
Giselle Noceti Ammon Xavier	UDESC/VIACICLO
João Geraldo Dario	SMTT
José Roberto Leal	AFLODEF
Karine Froner	Floripa Acessível/OAB/SC
Kátia Peter Medeiros	SMO/PMF
Luiz Américo Medeiros	SMO/PMF
Luiza R. S. Medeiros	IPUF/GSV
Marcelo Roberto da Silva	PMF/SMTT
Milton Carlos Della Giustina	VIACICLO
Névio A Carvalho	DNIT/SC
Patrícia B. Furtado	AFLODEF
Rafael Zanellato Jr	IPUF
Roberta Raquel	Mestranda
Rodolfo Philipi	UFSC/LABTRANS
Ronaldo Goulart	SMO/PMF
Sérgio L Bernardes	Arquiteto
Silvia Cristiane P. Moreira	IPUF
Tatiani Passos	IAB/SC
Valdir Hermogenes Machado	SUSP
Valmir Roberto da Silva	ACE
Valter Seicho Tamagusko	PMF/SMTT
<b>Vera Lúcia Gonçalves Silva – Coordenação e relatora</b>	<b>IPUF/GPL</b>
Werner Kraus Junior	UFECO
Willian Luiz da Conceição	Revista É Novas

